**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
E RECURSOS HÍDRICOS****PORTARIA SEMARH Nº 141, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no inciso IV, do §1º, do art. 42, da Constituição Estadual, c/c o art. 16 do Decreto nº 5.483, de 15 de agosto de 2016, em conformidade com o art. 20, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve:

Art. 1º HOMOLOGAR o resultado da Avaliação Especial de Desempenho, do(s) servidor(es) público(s) lotado(s) nesta Pasta, nos termos do artigo 23, do Decreto nº 5.483, de 15 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 4.691, de 24 de agosto de 2016, conforme abaixo:

CPF	Nº Funcional	Servidor (a)	Média
744.688.392-87	1288946-1	JULYANE CABRAL DA COSTA	148
028.064.911-85	11169320-1	THAIANA BRUNES FEITOSA	150
028.984.061-98	11192933-1	THIAGO GONCALVES FEITOSA	150
015.538.021-44	11143703-3	WELICA RODRIGUES LEMES BARROS	150

GABINETE DA SECRETÁRIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH, em Palmas - TO, aos 22 dias do mês de dezembro de 2017.

LUZIMEIRE CARREIRA
Secretária

PORTARIA SEMARH Nº 142, DE 22 DE DEZEMBRO 2017.

A SECRETÁRIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, inciso IV da Constituição Estadual, combinado com o art. 83 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e consoante o dispositivo no Ato nº 35 NM de 02 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a fruição de 15 (quinze) dias de férias do servidor RUBENS PEREIRA BRITO, Inspetor de Recursos Naturais/Diretor de Instrumentos de Gestão Ambiental Município - DAS-4, nº funcional 641770-4, suspensão pela Portaria SEMARH, Nº 036, de 01 agosto de 2011, referente ao período aquisitivo 2010/2011, para que sejam usufruídas no período de 08/01/2018 a 22/01/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA SECRETÁRIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, SEMARH em Palmas - TO, aos 22 dias do mês de dezembro de 2017.

LUZIMEIRE CARREIRA
Secretária

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº 2017.39000.000064

Contrato nº 055/2017

Contratante: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

Contratado: VITRINE COMERCIAL LTDA - EPP

CNPJ/MF: 08.140.005/0001-21

Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de material permanente (Drone, bateria, alça e mochila), para atender as necessidades da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH TO Valor: o valor total de R\$ 9.322,45 (nove mil trezentos e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos).

Natureza da Despesa: 44.90.52 e 33.90.30

Fonte de Recurso: 0217000911

Data da Assinatura: 20 (vinte) dias do mês de dezembro de 2017.

Vigência: O contrato terá a sua vigência adstrita aos respectivos créditos orçamentários, contados a partir da assinatura do contrato.

Signatários: LUZIMEIRE CARREIRA - Representante da CONTRATANTE
ELISMAR BARBOSA DE ARAÚJO - Representante da CONTRATADA

CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - COEMA**RESOLUÇÃO Nº 76, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Institui a Câmara Técnica Temporária de Resíduos Sólidos e dá outras providências.

O CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO TOCANTINS - COEMA/TO, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 1.789, de 15 de maio de 2007 e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno artigo 2º, inciso XIV, publicado no Diário Oficial nº 4232, de 10 de outubro de 2014, resolve;

Considerando a necessidade da participação da sociedade civil na gestão dos resíduos sólidos gerados no âmbito do Estado do Tocantins;

Considerando que uma das metas estratégicas desta Secretaria é a consolidação de instrumentos para que o Estado implemente políticas públicas ambientais, de forma sustentável;

Considerando a PNRS-Lei nº 12.305/2010, elabora-se a Política e o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, os quais serão instrumentos de planejamento e gestão ambiental, que deverão dispor sobre os princípios, os objetivos, os instrumentos e as diretrizes para a gestão adequada dos resíduos sólidos no Estado;

Considerando ainda que a Política e o Plano Estadual de Resíduos Sólidos definirão a tomada de decisão do Estado com relação à gestão dos resíduos sólidos, observando-se o marco legal para que as soluções adotadas sejam eficientes e sustentáveis e, principalmente, não ofereçam riscos à saúde humana e/ou ao meio ambiente;

Considerando os dispositivos de controle da Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; alterando a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;

Considerando o princípio da isonomia das normas, uma vez que devem dar tratamento igualitário aos entes federados, respeitando as particularidades e as proporcionalidades de cada um, de forma que a aplicação da Lei seja exequível pelos municípios,

RESOLVE:

Art. 1º Criar a Câmara Técnica Temporária para análise e deliberação da Política e do Plano Estadual de Resíduos Sólidos.

Parágrafo único. A Câmara Técnica Temporária será composta, por um representante dos órgãos e entidades públicas e organizações não governamentais a seguir indicados:

Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH;
Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS;

Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura - SEDEN;

Associação Tocantinense de Municípios - ATM;

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins - CREA;

Instituto Federal do Tocantins - IFTO;

Associação Movimento Ecológico Amigos do Meio Ambiente - AMEAMA.

Art. 2º A Câmara Técnica Temporária terá duração de dois anos, prorrogável por igual período, quando deverá apresentar os resultados dos trabalhos à plenária do COEMA.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Luzimeire Carreira
Presidente

RESOLUÇÃO COEMA/TO Nº 083, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Aprova o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Meio Ambiente para o Exercício Financeiro de 2018.

O CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - COEMA, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 1.789, de 15 de maio de 2007; 2.096, de 13 de julho de 2009, 2.566, de 09 de março de 2012; 2.566 e de 21 de agosto de 2014, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, publicado no Diário Oficial no 4.232, de 10 de outubro de 2014, e